



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Gabriele Frades
DA EQUIPE JC

Cinco meses depois do fechamento do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) ainda não tem uma data para começar a reforma da unidade ou mesmo a construção de uma nova sede. Sem prestar a maior parte dos atendimentos à comunidade, a falta do CCZ já é sentida pela população, em especial, pelos moradores da Zona de Expansão da capital. Segundo um levantamento realizado pela Associação dos Moradores da Zona de Expansão (AMZE), cinco pessoas foram diagnosticadas com Calazar na invasão do Bairro 17 de Março em Aracaju. A doença transmitida através da picada do mosquito, infectado pelo vírus causador do problema, já foi considerada um surto pelos representantes do CCZ, que pouco podem fazer para conter a proliferação da doença e retirar das ruas os cachorros infectados.

No Bairro 17 de Março, a quantidade de animais soltos assusta. A cada esquina é possível encontrá-los aos montes, deitados nas calçadas, correndo no meio da pista e revirando o lixo. É fácil perceber também que a maioria deles está doente e colocando em risco a saúde de toda a comunidade. "Eles ficam perambulando pelas ruas e nenhuma providência é tomada. Estão doentes e alguns são agressivos - ameaçam morder as pessoas. Fico preocupada porque já soubemos de pessoas infectadas com doença de cachorro aqui, e para isso se espalhar está faltando o quê? A Secretaria de Saúde do município ou do Estado precisa tomar alguma providência e o primeiro passo é retirar esses cachorros da rua", afirma a dona de casa, Maria Eulália do Nascimento.

Preocupado com a propagação da doença, o morador Josiel Mota conta que toma todos os cuidados com seu animal de estimação, mas afirma que a culpa pela grande quantidade de cachorros na rua é a irresponsabilidade dos seus antigos donos. "Meu animal toma banho pelo menos duas vezes por semana e eu não o deixo ficar na rua junto com os outros, tenho medo de ele pegar essa doença e terminar passando para minha família. Mas é aquela coisa, nem todo mundo tem a mesma atitude que eu e aí pega os bichinhos para criar e depois abandona nas ruas. Isso deveria ser crime, não só contra os animais, mas também contra a saúde pública", alega.

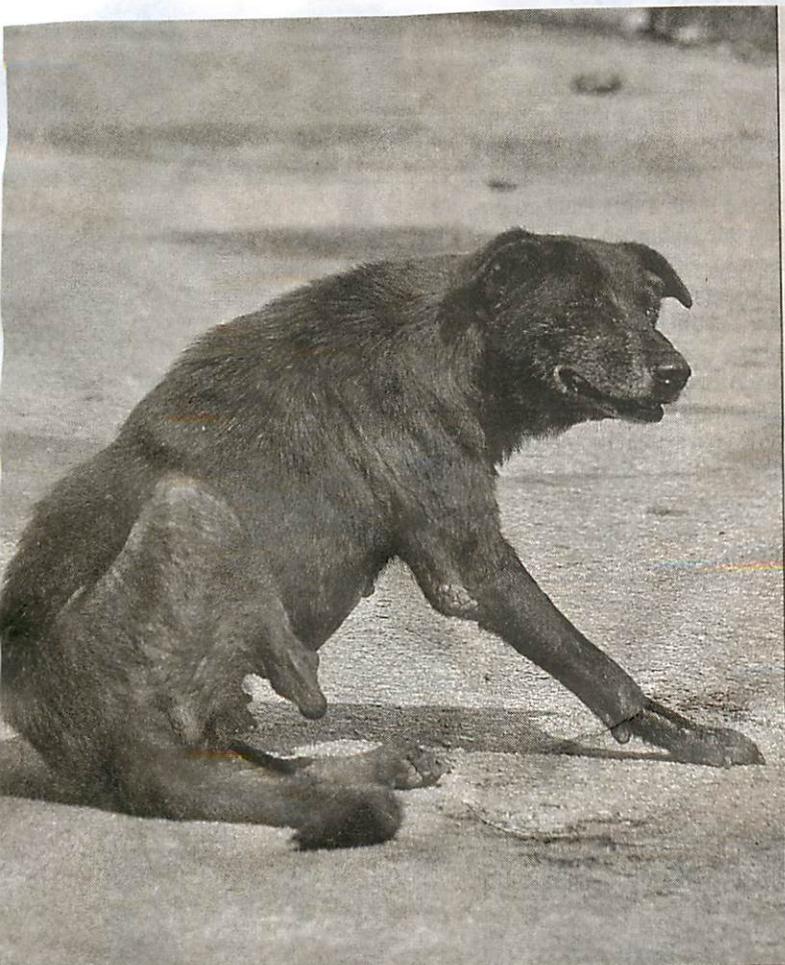


De acordo com a coordenadora do CCZ, Roseane Nunes de Santana, o Centro não pode ser reaberto ou mesmo reformado, pois o terreno onde ele está instalado não pertence ao Município e sendo assim os repasses para realização das melhorias não é realizado pela Secretaria de Saúde. "Realizamos uma reunião com o secretário Eduardo Matos, para avaliar o projeto que já existe para adequação do CCZ, mas infelizmente ele não pode ser feito aqui e estamos procurando outro espaço para construir um novo. Ainda não temos data para começar essa construção ou mesmo um local, mas o projeto já está pronto e atende todas as determinações de higiene e segurança", afirma.

Ainda segundo Roseane, os trabalhos no Centro não estão completamente parados e as ações para contenção da doença e o levantamento canino já foram realizados na região. "Já efetuamos a aplicação de inseticida no local e fizemos também a captura dos mosquitos para atestar a existência do vírus. Além disso, visitamos casa por casa em todo Santa Maria para fazer o mapeamento de quantos animais existem hoje na localidade. Estamos fazendo o possível para agilizar o processo de retomada plena dos trabalhos, inclusive já solicitamos uma audiência no Ministério Público (MP) - desde o dia 26 de abril - pois queremos fazer tudo certo, mas

Centro de Controle de Zoonoses permanece fechado e Aracaju começa a sofrer com casos de calazar

Prefeitura continua sem recolher cães



CACHORROS perambulam pelas ruas de Aracaju livremente desde que o Centro de Controle de Zoonoses foi fechado; unidade sem data para ser reativada

infelizmente essa é uma coisa que está além da nossa capacidade. Apesar disso tudo, estamos buscando alternativas”, garante.

Responsável pela remoção dos animais saudáveis que estão vivendo em situação de rua, a Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb) divulgou através de nota que são recolhidos em média seis animais de grande porte – principalmente cavalos – por dia por suas equipes. “Fazemos o recolhimento de animais soltos em vias públicas visando à segurança da coletividade nos espaços públicos. Para esta ação são disponibilizados caminhões boiadeiros que transitam pela capital. Já para os de pequeno

porte - cães e gatos -, as solicitações são menos frequentes, e mesmo assim o setor conta com um veículo específico para esta remoção. O cidadão que quiser fazer alguma denúncia deve ligar para os números: 8802-1200, 8802-2200 ou também pelo 0800-284-1300. Vale lembrar que os dois primeiros telefones recebem chamadas 24 horas por dia”, explica a assessora de comunicação do órgão, Gabriela Barbosa.

Gabriela ressalta ainda que os proprietários dos animais têm um prazo de até 15 dias para se identificar, caso este período seja ultrapassado, o animal é disponibilizado para adoção. Para o resgate é necessário preencher um cadastro e assinar um termo de liberação. “De acordo com a legislação municipal, é preciso pagar uma taxa de apreensão ao custo de R\$ 33,60 e um aditivo correspondente aos dias em que o animal permaneceu no Setor de Apreensão de Animais ao custo de R\$ 33,60 por dia”.

Agravantes

Outras doenças também tem se abatido sobre os moradores da localidade, entre elas a Catapora, Pneumonia e principalmente a Dengue. “São mais de 300 famílias vivendo em condições subumanas, sem saneamento básico, saúde e segurança. É o ambiente perfeito para proliferação de doenças, que sem o devido trabalho de prevenção se proliferam de forma rápida e preocupante. Todas essas famílias têm direito a auxílio aluguel, garantido por liminar, mas a prefeitura não cumpre a determinação e a situação não muda. Essa situação não prejudica apenas os moradores da invasão, mas toda a comunidade que vivem no entorno. São mais de 1.200 pessoas que estão há quase um ano vivendo ao relento por terem se instalado numa área isolada e longe dos olhares dos gestores municipais, e sem atendimento básico de saúde, pois as unidades do Santa Maria não o recebem e a do Santa Tereza não tem equipe”, acredita Karina Drumond, presidente da Associação dos Moradores da Zona de Expansão (AMZE).

Segundo a assessora de comunicação da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Cristina Rochadel, o bairro foi criado na época sem uma preocupação estrutural e hoje as necessidades se fazem presentes e urgentes. “Não foram construídos postos de saúde no 17 de março, então onde iremos colocar as equipes para trabalhar? Não tem como. Soube ontem que conseguimos verba para construção de mais quatro unidades de saúde e uma delas será construída na localidade a fim de suprir essas necessidades, mas ainda não sabemos quando iremos começar. Hoje, para não deixar que as pessoas fiquem sem assistência, as unidades existentes no Santa Maria e no Santa Tereza estão atendendo uma quantidade mínima de pessoas, sabemos que não é suficiente, mas é o que podemos fazer por agora. Atender essas pessoas está além da capacidade das unidades que existem e isso está sufocando os atendimentos. As coisas estão caminhando, mas não vão se resolver da noite para o dia”, lamenta Cristina.